quantia de 325.418\$65, a qual reforça a verba da alínea a) «Composição e impressão de cartas militares» do n.º 1) «Pagamento de serviços e encargos não especificados» do artigo 55.º «Encargos administrativos», capítulo 4.º «Terceira Direcção Geral do Ministério da Guerra» (Serviços Cartográficos do Exército), do orçamento do segundo dos referidos Ministérios em vigor no corrente ano económico.

Art. 2.º É anulada a importância de 325.418\$65 na verba de 23:350.800\$, destinada a 4.026:000 rações de forragens para 11:000 solípedes, a 5\$80, da alínea a) «Animais» do n.º 2) «De semoventes» do artigo 97.º «Despesas de conservação e aproveitamento do material», capítulo 5.º «Serviços Gerais do Ministério da Guerra», do orçamento deste Ministério decretado para 1940.

Art. 3.º Este decreto entra imediatamente em vigor.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Agosto de 1940. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

7.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 30:682

Com fundamento nas disposições do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério dos Negócios Estrangeiros, um crédito especial de 100.000\$, destinado a reforçar a verba do n.º 1) do artigo 41.º do capítulo 4.º do orçamento do segundo dos mencionados Ministérios em vigor no corrente ano económico, consignada a despesas com missões extraordinárias de serviço público no estrangeiro.

Art. 2.º Para fazer face à despesa de que trata o artigo anterior é anulada quantia equivalente nas dotações do mesmo orçamento a seguir descritas:

Capítulo 3.º, artigo 24.º, n.º 2)	50.000\$00
Capítulo 4.º, artigo 36.º, n.º 2)	50.000\$00

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, nos termos do § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Agosto de 1940. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Decreto-lei n.º 30:683

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. As promoções dos funcionários, nos quadros eventuais do Ministério das Obras Públicas e Comunicações, à categoria ou classe imediatamente superior serão de futuro exclusivamente feitas por concurso obrigatório aberto entre os funcionários do mesmo quadro.

§ único. Nas promoções e concurso a que se refere este artigo observar-se-ão as disposições gerais applicáveis às promoções e concurso de promoção do pessoal dos quadros permanentes do mesmo Ministério, contidas no decreto-lei n.º 26:117, de 23 de Novembro de 1935, e no decreto n.º 27:236, de 23 de Novembro de 1936.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Agosto de 1940. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 30:684

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. Os artigos 13.º, 14.º e 30.º da reorganização do Conselho Superior de Obras Públicas, aprovada pelo decreto-lei n.º 23:398, de 23 de Dezembro de 1933, passam a ter a seguinte redacção:

Artigo 13.º Os membros do Conselho Superior de Obras Públicas são nomeados pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, ouvidos, respectivamente, os Ministros da Justiça, Marinha e Educação Nacional em relação aos vogais referidos nas alíneas d), f) e e) do artigo 4.º

Artigo 14.º Os directores e administradores gerais e os presidentes dos organismos autónomos, a que se referem as alíneas c), g) e h) do artigo 4.º, podem, mediante despacho ministerial, fazer-se representar, nos impedimentos temporários, por engenheiros seus subordinados de categoria não inferior a chefe de repartição.

- Artigo 30.º
- a)
- b)
- c)
- d)
- e) Presidir às secções e sub-secções do Conselho, temporária ou permanentemente, sempre que o Ministro das Obras Públicas e Comunicações o julgue conveniente.

Publique-se e cumpra-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 26 de Agosto de 1940. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.